



A RELAÇÃO DO LOCAL COM O GLOBAL NO PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROFLORESTAL

Irenilda de Souza Lima

Doutora em Comunicação

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Sonia Quintela Carneiro

Especialista em Magistério

Universidade Federal Rural de Pernambuco

INTRODUÇÃO

Uma afirmação freqüentemente usada no contexto econômico atual é a de que se deve “pensar globalmente e agir localmente”. Sobre o assunto, Milton Santos (1997), afirma que mesmo nos recantos onde os valores de mundialização ou de transnacionalização são mais fortes e eficazes, repensar a questão do local surge como uma revanche, que revela o conflito entre o local e o global. Estaríamos hoje perante uma dialética do território, das geografias da desigualdade produzidas pelo sistema-mundo, as quais permitem ver o território como dimensão histórica do processo de globalização e fragmentação. O território é o espaço de vida e ao mesmo tempo, representa objetos e ações, sinônimo do espaço humano, espaço habitado.

Devemos pensar na construção de novas formas de valorizar o local e, a partir disto, encontrar caminhos para a construção de outra globalização, mais democrática e mais humana. Pensar no predomínio das práticas universais de uma sociedade capitalista e descobrir estratégias que contemple as particularidades e a sustentabilidade.

Acreditamos que o meio rural brasileiro pode se transformar num sistema articulado, no cenário econômico produtivo desta sociedade global. No entanto, precisa-se ter bem claro o tipo de globalização de que se esta falando e no tipo de desenvolvimento que queremos perseguir.



A crise do capitalismo, que se instaurou no final de século imediatamente passado, trouxe a necessidade de novas alternativas, não só no que se refere à organização da produção e da economia de forma mais contundente, mas, principalmente, na formação do homem para enfrentar os novos desafios nas sociedades industriais ou agrícolas.

Um bom subsídio para pensarmos sobre este questionamento está em Canclini (1997), em *Culturas híbridas*, ao repensar a heterogeneidade da América Latina como uma complexa convivência do tradicional e do moderno e na existência de países onde coexistem diferentes lógicas de desenvolvimento. Não acredita o autor que o global esteja substituindo o local, assim como não vê o atual modo neoliberal de globalização como o único possível. Propõe uma luta pela reforma do Estado que assegure iguais possibilidades de acesso aos bens da globalização:

Se a cultura popular se moderniza, como de fato ocorre, isso é para os grupos hegemônicos uma confirmação de que seu tradicionalismo não tem saída; para os defensores das causas populares torna-se outra evidência da forma como a dominação os impede de ser eles mesmos (CANCLINI, 1997, p. 206).

Uma experiência nesta linha de encontrar uma saída negociada entre práticas tradicionais e inovadoras acontece em Pernambuco. A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), através do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas do Departamento de Educação, desde 2001, tem desenvolvido, um projeto denominado Estágio de Vivência em Agricultura Familiar e Agroflorestação. Este projeto conta com a colaboração do Centro Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e tem a finalidade de proporcionar aos professores interessados, alunos e técnicos da Universidade a experiência de convívio real com a vida do campo e, especificamente, com as atividades de implantação e estimulação de agricultura familiar através da agroflorestação. Como integrantes do grupo, as autoras deste trabalho perceberam que a experiência traz, em seu processo, excelente matéria prima para realizações de práticas educativas, reflexões teórico-práticas acerca dos processos vivenciados e dos resultados obtidos, além de permitir o diálogo entre universidade e realidade rural, objeto principal de sua existência. Dentro destas possibilidades, de explorações teórico-práticas, escolhemos registrar nossas reflexões a respeito do convívio com uma prática agrícola que valoriza o local e a articulação deste estilo de cultura produtiva com a lógica da cultura capitalista globalizante. Nossa intenção não é fazer uma imersão aprofundada no



assunto, e sim, provocar discussões e reflexões sobre o diálogo possível de lógicas aparentemente excludentes:

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROFLORESTAÇÃO

Como tema emergente, o debate sobre segurança alimentar tem ocupado importantes espaços nacionais e internacionais. O assunto também está associado aos problemas relativos às condições de produção de alimentos e, conseqüentemente, à agricultura, devendo ser analisado a partir das peculiaridades locais.

No Brasil, a agricultura familiar tem conquistado grandes espaços nos debates sobre as soluções para o problema de escassez de alimentos e como saída para a promoção do desenvolvimento local e nacional. No cenário agrícola, predomina a pequena propriedade, nas quais se pratica a agricultura familiar. Por falta de uma política agrícola adequada, sem acesso ao crédito ou assistência técnica conveniente ao seu tipo de atividade, pelo menos metade das propriedades se encontra em estado lastimável. Sobre a agricultura brasileira, podemos afirmar que o setor agrícola tem sido drasticamente penalizado pela política monetária adotada. Esta política está baseada em preços com garantia abaixo dos custos de produção, importações provenientes de países que subsidiam fortemente a sua produção interna e pelas conseqüências da chamada globalização da economia mundial (BORIN, 1997).

No Nordeste, o problema ainda é mais grave. Segundo dados do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, sediado em Recife, Pernambuco, a agricultura familiar ocupa 83% da mão-de-obra no campo e a menor renda média mais baixa do Brasil, cerca de oito salários mínimos por ano.

A agricultura familiar se sustenta a partir das seguintes variáveis: terra, trabalho e organização familiar. Neste tipo de atividade, devemos levar em consideração suas relações com a economia de mercado e a noção de dependência/autonomia podem ser analisadas por parâmetros de dependência tecnológica, financeira e de mercado (LAMARCHE, 1998).

Devido à inquestionável importância desta prática agrícola, é necessário questionar a política agrária adotada nacionalmente e repensar o tipo de agricultura familiar que ainda predomina no mundo rural brasileiro.

Referindo-se à ruralidade no Brasil Moderno, Maria Nazaré Wanderley (1999) afirma que há necessidade de um pacto social pelo desenvolvimento rural e este pacto deve ser definido a partir de pressupostos e objetivos que considere o habitante do meio rural como cidadão pleno, em todos os níveis, material, cultural e político. Ademais, que favoreça a cooperação e o intercâmbio, sem anular as particularidades entre meio rural e urbano, entre agricultura e os demais setores e entre o local e as dimensões mais amplas, regionais, nacionais e globais. Estas idéias, de fato, coadunam muito bem com o tipo de agricultura familiar agroflorestal.

AGROFLORESTAÇÃO

A agroflorestação é um estilo de se fazer agricultura familiar, qualificando-a como saída honrosa para um real desenvolvimento local e, conseqüentemente, da agricultura nacional. A agroflorestação surge como alternativa e tem sido vivenciada em alguns estados brasileiros. A agricultura agroflorestal melhora a qualidade de vida dos agricultores, recupera e preserva os recursos naturais transformando a terra improdutiva em terra fértil, tudo em perfeito equilíbrio. Produz alimentos sem agrotóxicos ou adubos químicos.

Durante o Estágio de Vivência, também observamos o excelente nível de participação e cooperação entre os agricultores e o pessoal técnico, engajados no processo. Verificamos que após os primeiros resultados, os agricultores se tornam responsáveis pela idéia de divulgação e preparação de novos adotantes das idéias agroflorestais. Segundo Marcos Figuerêdo (UFRPE), o agricultor que já adotou e aprovou a agricultura agroflorestal, se torna agente de divulgação das idéias agroflorestais e faz isso como se estivesse devolvendo o que também recebeu. O agricultor é valorizado e considerado como sujeito de sua aprendizagem e mediador na divulgação e educação para outros agricultores. Tal idéia combina com o conceito de sujeito cognoscente proposto por Paulo Freire (1969). Realçamos ainda o forte tom de parceria na proposta.

Um ótimo conceito de agrofloresta foi dado por Sousa (2000):

A agrofloresta é um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente, com o solo sempre coberto pela vegetação, muitos tipos de plantas juntas, umas ajudando as outras, sem problemas com “pragas” nem

“doenças”, dispensando o uso de venenos. Além disso, a agricultor não precisa desmatar nem queimar nada, pois esta prática mata o que a natureza construiu. Assim, fazendo parte deste sistema está o agricultor, contribuindo para a recuperação e a conservação do que Deus criou, a vida. Este novo jeito de fazer agricultura, que é a agrofloresta, tem produção diversificada, de boa qualidade, que estimula a comercialização e melhora a renda familiar. A agrofloresta permite o envolvimento de toda a família na realização do trabalho com atividades para o agricultor, a agricultora e os jovens.

Observamos que dentre as atividades vivenciadas, há enorme valorização de tudo que concerne ao local. As culturas nativas são preservadas e em caso de terem sido extintas, são reintroduzidas. A preservação do solo aparece como aspecto muito importante e a recuperação da terra acontece de forma biológica, ou seja, por processos naturais com a introdução de culturas de recuperação num processo progressivo e fisiológico. O homem, a mulher e a criança são sujeitos considerados e respeitados como elementos integrantes e parceiros no processo. A natureza é respeitada e os agricultores e agricultoras se organizam e compartilham idéias e aprendizagens, sua relação com a terra é percebida de forma holística e integral.

Observamos que a prática da agricultura agroflorestal se enquadra também no conceito de etnoecologia. Esta identificação se baseia na relação harmônica do homem com a natureza. Para saber mais sobre etnoecologia nos valem da seguinte definição:

Etnoecologia é a disciplina encarregada de estudar as concepções, percepções e conhecimento sobre a natureza que possibilitam as sociedades rurais produzir e reproduzir as condições materiais e espirituais de sua existência social através de um manejo adequado de seus recursos naturais ou ecossistemas. (ALMEIDA: 2001, p. 34)

No Estágio de Vivência com agroflorestação, constatamos que nesta prática é possível a convivência da cultura agrícola sustentável, fortemente local e sua relação com processos excludentes e egoístas do modelo capitalista globalizante que predomina na sociedade vigente.



DIALÉTICA DO LOCAL COM O GLOBAL

Para analisar a relação dialética da localidade com os ditames da globalização, consideramos importante o apoio teórico encontrado no pensamento de Milton Santos, em *Retorno ao território* (1998) e em *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização* (1997). Usando termos mais comumente usados na Geografia, este pensador brasileiro enfoca os conflitos entre local e global, repensando a noção de território. Vislumbra a possibilidade de pensar em novas saídas e novas formas de análise para o problema de desenvolvimento e exclusão. Neste possível novo recorte de pensar a realidade em conflito, surgem as horizontalidades, as verticalidades e o espaço das redes.

Da realidade tecnológica e informacional para a questão territorial, passando pela antiga categoria região, surgem novas funções e espaços em redes. Em todos os casos, a informação é o instrumento de união entre as diversas partes de um território. Há um conflito que se agrava entre o espaço local e o espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e capitalista.

Esta teorização fornece elementos para a interpretação dos conflitos percebidos nos diversos processos do Projeto de Vivência em Agricultura Familiar Agroflorestal. Foi possível traduzir a existência de conflitos identificados nas seguintes situações: o conflito local, pelo fato de que as experiências ainda são localizadas numa ou noutra propriedade situadas no mesmo território, onde os vizinhos ainda praticam agricultura familiar tradicional. Muitas vezes estes agricultores tradicionais não acreditam na eficácia da agroflorestação.

O outro conflito acontece nas relações desta prática de agricultura que considera o homem e a natureza interagindo harmonicamente, com a lógica da globalização que predomina nas leis de mercado. O agricultor adotante da agroflorestação terá que comercializar os seus produtos, promover a agregação de valor à produção e até fazer *marketing* de seus produtos.

Este espaço global, sociedade vigente, lógica capitalista, tem conteúdo ideológico de origem distante. Na democracia do mercado, o território e o suporte das redes que transportam regras egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), chamadas verticalidades. Em contrapartida, as horizontalidades, que são espaços dos subalternos, estão hoje enfraquecidas. Por sua vez, a união vertical se dá entre os países ricos que se colocam à disposição dos países



pobres para permitir que as redes se estabeleçam a serviço do grande capital. O resultado é a fragmentação, porque ao invés de cooperação, o forte aqui é a competição.

Os meios de comunicação, por sua vez, são recursos que fazem parte de um sistema de circulação de informações através de vastas redes de distribuição. São aliados no processo de globalização da economia, que se superpõem a toda forma de cultura local, criando amplas regiões homogêneas de conhecimento comum, onde encontramos, de novo, a aldeia global.

A maturidade mercantilista da economia do século XX, reforçada nas formas de persuasão e domínio, utiliza-se de elementos teórico-ideológicos, como o planejamento da produção, as teorias de globalização e outros mecanismos, de modo a garantir sua marca em todos os segmentos sociais (LEITE, 1999; CALLOU 1999; SANTOS, 2000).

O projeto de agroflorestação se constitui numa saída alternativa para dominação capitalista nas formas de produção no campo. Neste modelo, as horizontalidades são fortificadas a partir da organização dos agricultores. Organizados, compartilhando idéias, viabilizam, coletivamente, todas as etapas da produção agrícola incluindo a comercialização. Na etapa final, eliminam a figura do atravessador e viabilizam espaços de comercialização em áreas urbanas. Em Pernambuco, criaram os espaços agroecológicos que servem tanto para comercialização, como para divulgação dos produtos e do estilo de vida nesta perspectiva etnoecológica.

Muito interessante associar estes dados constados com uma referência de Lucrécia Ferrara (1997, p. 170), quando encontramos a idéia de que um povo será tanto mais livre das suas contradições locais quanto mais apto for para integrá-las e, assim, superá-las. O povo deve:

[...] tornar coesa e eficiente a sua capacidade de processar as diferenças locais é registrar a etapa de uma mudança histórica que projeta o local no global e se explica nessa projeção. Ou seja, não se trata de traduzir a realidade econômica, social e cultural local à luz de um modelo externo ou estranho que se propõe como meta a ser atingida, mas, ao contrário, trata-se de ler o local no parâmetro das diferenças que estabelecem particularidades e, aí, alicerçam sua identificação.

A citação acima “*casa*” muito bem com a perspectiva de reinterpretação e de reelaboração.

Na valorização da identidade cultural de um povo, recorremos a Canclini (1997), que adverte existirem tendências mundiais, segundo as quais a modernização acabaria com as



formas de produção, as crenças e os bens tradicionais. Os mitos seriam substituídos pelo conhecimento científico, o artesanato pela expansão da indústria, os livros pelos meios audiovisuais de comunicação. Atualmente, portanto, existe uma versão mais complexa sobre a relação entre o tradicional e o moderno. O culto tradicional não é apagado pela industrialização dos bens simbólicos. Diz o autor que a modernização e as novas tecnologias podem diminuir o papel do culto e do popular tradicionais, no conjunto do mercado simbólico, mas não os suprime. Por isso, do lado popular vale preocupar-se menos com o que se extingue do que com o que se transforma, ou seja, com o que se reelabora ou se redimensiona. No caso, a agroflorestação é uma prática baseada em modos primitivos de fazer agricultura, adicionado a estes, os conhecimentos científicos, que enriquece o saber já alicerçado e que garante o redimensionamento do modo tradicional da agricultura familiar.

Voltando a referir sobre a importância do local, Milton Santos (1990) diz que a indubitável realidade como um fim comum da crescente globalização/mundialização não permite, em todo caso, que esqueçamos das tendências desagregadoras e regionalizadoras. Sempre presentes e vivas, podem corrigir os excessos de universalização perversa, amiúde presente e causa fundamental de muitos dos problemas agudos, cruéis e injustos, derivados da tendência espaço-homem. Pobreza e fome.

Outra forma de teorizar sobre as saídas com propostas locais combina com a perspectiva de negociação proposta também pelo citado Canclini (1997), que critica a polarização no enfoque de uma realidade, onde as complexas relações entre hegemonia e subalternidade, foram reduzidas a um confronto rígido e bipolar. A partir daí, sinaliza para a negociação como componente-chave no funcionamento das instituições e campos socioculturais.

Concluindo, nestas reflexões sobre a relação dialética do local com o global, contidos na prática da agroflorestação, novamente remetemo-nos a Milton Santos. Para ele, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da informação pode, em certas circunstâncias, ser utilizado para a união, mediante novas formas de produção e consumo. Um exemplo disto é a maneira como os produtores rurais adotantes da agroflorestação fazem: se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permite passar de um consumo puramente econômico, necessário às perspectivas de produção agrícola, a uma produção e um consumo político localmente definido. Simbolicamente reconhecido. Assim, devemos pensar na construção de



novas formas de valorizar o local e, a partir da base da sociedade territorial, encontrar caminhos que nos liberem da maldição da globalização perversa, que estamos vivendo, e nos aproxime da possibilidade de construir outra globalização, capaz de restaurar o homem de sua dignidade e que valorize, definitivamente, o local. Realizar uma agricultura que considere a população rural como sujeito de seu próprio desenvolvimento, sem esquecer da valorização e conservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dirce G. de. **A construção de sistemas agroflorestais a partir de um saber ecológico local**: o caso dos agricultores familiares que trabalham com agroflorestação em Pernambuco. Dissertação de Mestrado. UFSC. 2001.

BORDENAVE, J. E. Diaz; WERTHEIN, Jorge (Org.). **Educação rural no terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOM, Jair. A reforma agrária no Governo FHC. In: **A CRISE brasileira e o governo FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

CALLOU, Ângelo Brás F.(Org). **Comunicação rural e o novo espaço agrário**. São Paulo: INTERCOM, 1999.

CANCLINI, Nestor. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: USP, 1997.

_____. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro. UFRJ, 1996.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **O Mapa da mina**: espaço e lugar. In: NOVO Mapa do mundo: fim de século e globalização. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: do mito à realidade. Campinas: UNICAMP, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. **O ruralismo brasileiro**: 1888-1931. São Paulo: Hucitec, 1997.



LEITE, Sergio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Joseilton E. **Agricultura agroflorestal ou agrofloresta**. Recife: Centro Sabiá, 2000.

SANTOS, Maria Salett Tauk. Comunicação rural: velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, Maria I.; FRAU-MEGS; SANTOS, Salett Tauk. **Comunicação e informação**: identidades e fronteiras. São Paulo: INTERCOM, 2000.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **TERRITÓRIO**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. *et al.*(Org). **Novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazereth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 1999. 406 p.

_____.A ruralidade no Brasil moderno por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Planejamento e Desenvolvimento Territorial. Campina Grande: UFPB, 1999.